ISSN: 2358-8829

SOCIOMATERIALIDADE E INTERDISPLINARIDADE: DIÁLOGOS COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciana Nunes Galvão[1]
Márcia Urtiga Lindolfo[2]
Patrícia Silva[3]

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reconhece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e estabelece, em seu art. 29, que sua finalidade é promover o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Esse reconhecimento consolidou a responsabilidade educacional das instituições que atendem à primeira infância e reforçou a necessidade de articular as dimensões do cuidado e da educação nas práticas cotidianas.

A efetivação desses direitos, entretanto, exige o conhecimento e a observância dos documentos normativos que orientam a organização dessa etapa educacional. Entre eles, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Em seu ar. 2º:

> as Diretrizes reúnem princípios, fundamentos e procedimentos destinados a orientar as políticas públicas e a elaboração, o planejamento, a execução e a avaliação das propostas pedagógicas e curriculares (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, além de garantir o acesso à Educação Infantil, as DCNEI orientam a organização de um currículo que articule as experiências e "os conhecimentos das crianças aos saberes culturais, artísticos, ambientais, científicos e tecnológicos" construídos pela sociedade. Essa proposta busca valorizar as experiências infantis, com práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral das crianças de zero a

[1] Mestre do Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, galvaoluciana2022@gmail.com;
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, lindolfomarcia3@gmail.com ;
[3] Profª Drª Patrícia Maria da Silva, silva.131313@gmail.com https://orcid.org/0000-0002-9415-0629.

ISSN: 2358-8829

cinco anos, reconhecendo-as como participantes ativas do processo educativo (BRASIL, 2009).

Outra questão importante é que as DCNEI também estabelecem como "dever do Estado garantir uma Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem critérios de seleção", além de "determinar a obrigatoriedade da matrícula das crianças que completam quatro anos até 31 de março do ano letivo, observando os critérios etários estabelecidos para ingresso nessa etapa" (BRASIL, 2009) e sua observância "devem ser regulamentados e supervisionados pelos órgãos competentes".

Para que essa diretriz aconteça em todas as instituições que atendem crianças de o a 6 anos completados, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2009), pois embora seja a determinação da Resolução nª 5/2009 até agora, algumas instituições a descumprem e antecipa o Ensino Fundamental para crianças que deveriam estar na Educação Infantil e comprometem o desenvolvimento integral da criança.

O conhecimento dessa resolução que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) traz luz para a compreensão de concepção da criança como "sujeito histórico e de direitos", que constrói sua identidade nas interações e práticas cotidianas, brinca, produz cultura e atribui sentidos à natureza e à sociedade.

Essas concepções exigem ambientes acolhedores e funcionais, organizados com espaços, brinquedos e materiais diversificados que favoreçam experiências sensoriais, exploração, criação e participação ativa das crianças. Nessa perspectiva, Horn (2004) destaca a importância da organização dos espaços na Educação Infantil, compreendendo-os como elementos que influenciam as interações, as brincadeiras e as possibilidades de aprendizagem. Assim, o ambiente educativo deve ser planejado intencionalmente para acolher as singularidades infantis e ampliar as oportunidades de desenvolvimento e construção de conhecimentos.

Contudo, para que as DCNEI se concretizem nas instituições de Educação Infantil, se faz necessário que diferentes fatores estejam articulados às práticas pedagógicas, como a organização dos ambientes, a disponibilidade e a diversidade dos recursos materiais, as concepções dos profissionais sobre a infância e a aprendizagem, a formação docente e a intencionalidade pedagógica. Esses elementos influenciam as oportunidades de interação, brincadeira, exploração e construção de conhecimentos pelas crianças. Nessa perspectiva, a abordagem sociomaterialista contribui para compreender

que a efetivação das diretrizes não depende apenas das orientações curriculares, mas também das relações estabelecidas entre crianças, professores, materiais e espaços educativos, além de dialogar também com a Teoria Sociointeracionista, apresentada por Vygotsky (2007). Assim, torna-se fundamental organizar ambientes acolhedores, acessíveis e estimulantes, que respeitem as singularidades infantis e favoreçam experiências significativas, em consonância com os princípios das DCNEI (Vygotsky, 2007); (Horn, 2004); (Barbosa, 2009); (Barad, 2007); (Oliveira, 2010); (Lattour, 2012); (Silva, 2018); (Silva, Pretto, (2021); (Silva, Feitoza, 2021); (Galvão; Silva, Couto, 2025).

Nesse contexto, diferentes concepções teóricas contribuem para compreender as especificidades da Educação Infantil, sobretudo no campo desta pesquisa, que abrange experiências pedagógicas desenvolvidas nos Centros Integrados de Educação Infantil Maria Anunciada de Santana, na comunidade de Cicerolândia, e Prefeito Antônio Joaquim de Morais, na comunidade de Bebelândia, ambos situados na zona rural do município de Santa Rita, Paraíba.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e explicativo, fundamentada em análise bibliográfica e documental, com contribuições da Teoria Ator-Rede (TAR) e da perspectiva sociomaterial. O estudo articula esses fundamentos a experiências pedagógicas desenvolvidas nos CIEIS Maria Anunciada de Santana, em Cicerolândia e Prefeito Antônio Joaquim de Morais, em Bebelândia, ambos na zona rural de Santa Rita, Paraíba.

As professoras/pesquisadoras a partir da aproximação da Teoria Sociomaterialista e Teoria Ator-Rede(TAR), durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação da Prof.ª Drª Patrícia Silva em suas dissertações, perceberam o quanto as teorias estavam presentes em suas práticas, uma vez que o olhar sobre a organização dos espaços e a escolha dos recursos materiais eram de suma importância para atingir os objetivos estabelecidos no planejamento das experiências com as crianças.

As experiências envolveram a organização dos espaços, literatura infantil, música, brincadeiras, exploração de materiais, medições e conhecimento da comunidade. O planejamento considerou o mapa conceitual, conforme Ostetto (2017), como instrumento de articulação entre temas, conhecimentos e possibilidades pedagógicas. Também foram

consideradas as orientações anuais da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita, organizadas em torno da identidade infantil, das culturas locais, dos direitos das crianças e da transição para o Ensino Fundamental. A análise buscou compreender as relações entre sociomaterialidade, interdisciplinaridade e DCNEI, valorizando a participação infantil e a intencionalidade docente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, a concepção sociointeracionista de Vygotsky (2007) está presente nas ações das professoras-pesquisadoras, especialmente ao considerar o contexto social e cultural das comunidades como parte fundamental dos processos de aprendizagem. Para Vygotsky (2007), o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais e da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, sendo a linguagem, a cultura e a mediação elementos essenciais para a construção do pensamento. Nessa perspectiva, a criança não é uma receptora passiva de informações, mas um sujeito ativo que constrói conhecimentos nas relações com outras crianças, com os adultos e com o meio em que vive. Assim, conhecer as características das comunidades, seus modos de vida, suas práticas culturais e seus saberes constitui um aspecto importante do planejamento pedagógico, pois permite aproximar as experiências educativas da realidade das crianças e atribuir significado às aprendizagens.

O planejamento das experiências a serem realizadas com as crianças requer a seleção e a utilização de recursos materiais, como brinquedos, livros, jogos, tecidos e elementos da natureza. Essa escolha ocorre, frequentemente, a partir das experiências profissionais das professoras e das necessidades identificadas no cotidiano educativo. De maneira intuitiva, as professoras selecionam e organizam materiais para estimular a curiosidade, favorecer as brincadeiras e ampliar as possibilidades de interação e aprendizagem. Foi nesse percurso que as professoras-pesquisadoras conheceram a Sociomaterialidade e a Teoria Ator-Rede (TAR), ampliando sua compreensão sobre essas práticas. Esse conhecimento teórico permitiu reconhecer que os materiais não são apenas instrumentos de apoio, mas participam das experiências das crianças e podem influenciar suas formas de explorar, criar, expressar sentimentos e construir conhecimentos.

Esa discussão também dialoga com as reflexões de Galvão, Silva e Couto (2025, p.90), que propõe deslocar o olhar da centralidade humana para as relações entre a Educação e o mundo material. A autora afirma:

ISSN: 2358-8829

> A proposta da abordagem sociomaterialista nos ajuda a deslocar o olhar da centralidade do ser humano e convida para pensar a Educação como algo que se faz com o mundo, e não apenas para o mundo. Para isso, é preciso disposição para o encontro com o novo, promovendo a ampliação de saberes que fortalecem as concepções de criança, de infância, de currículo e da Educação Infantil.

Nessa perspectiva, Silva e Pretto (2021) contribuem para ampliar a compreensão das redes sociomateriais na educação, considerando que as práticas pedagógicas são constituídas por associações entre sujeitos, objetos, tecnologias, materiais e espaços. Na Educação Infantil, essa abordagem possibilita reconhecer que brinquedos, livros, mobiliários e elementos da natureza não são apenas recursos utilizados pelas crianças, mas participam das experiências e das relações que favorecem a construção das aprendizagens. Desse modo, compreender o cotidiano educativo exige observar como esses diferentes elementos se associam e produzem possibilidades de interação, brincadeira e conhecimento.

Essa compreensão também dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que reconhecem a criança como sujeito histórico e de direitos, constituído nas interações, nas relações e nas práticas cotidianas (BRASIL, 2009). Ao valorizar os conhecimentos culturais das comunidades e as experiências infantis, as professoras-pesquisadoras demonstram que as práticas pedagógicas não se desenvolvem de maneira isolada, mas estão relacionadas aos contextos sociais, às condições institucionais e às oportunidades de participação oferecidas às crianças.

Embora a perspectiva sociointeracionista de Vygotsky(2007) destaque a importância das relações sociais e da mediação cultural, a abordagem sociomaterialista amplia essa compreensão ao direcionar o olhar também para a participação dos objetos, dos materiais e dos espaços na constituição das experiências educativas. Essa aproximação permite analisar as práticas pedagógicas considerando as relações entre crianças, professoras, materiais e ambientes, sem desconsiderar as particularidades de cada perspectiva teórica.

A articulação entre as DCNEI, a perspectiva sociointeracionista, a sociomaterialidade e a Teoria Ator-Rede contribui para contextualizar o currículo às realidades das crianças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, urbanas e do campo, respeitando suas culturas, experiências e necessidades. No contexto desta pesquisa, essa

articulação direciona a atenção às experiências das crianças do campo e às particularidades socioculturais das comunidades rurais em que estão inseridas.

Ao voltar o olhar para as DCNEI, sua concepção de currículo se torna fundamental, ao compreender que ele não deve ser apenas uma lista de conteúdo ou atividades desconectadas com as especificidades das crianças cada grupo etário. As DCNEI destacam as interações e a brincadeira como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, reconhecendo que as crianças aprendem e se desenvolvem por meio das relações que estabelecem com outras crianças, com os adultos e com o mundo ao seu redor. Segundo Barbosa (2009, p.83):

> Durante muito tempo a linguagem trabalhada na escola permaneceu vinculada apenas a uma área do conhecimento, a que trata da língua portuguesa. Porém, hoje, o termo linguagem vem sendo utilizado socialmente para referir diferentes manifestações e expressões culturais, científicas e da vida cotidiana. Vários são os campos do conhecimento que utilizam o termo linguagens para refletir sobre a organização de seus sistemas de signos.

Nessa perspectiva, gestos, movimentos, músicas, histórias, desenhos e interações com objetos e materiais constituem possibilidades de expressão, comunicação e produção de sentidos nas brincadeiras propostas às crianças. A articulação entre as contribuições de Barbosa (2009) e as DCNEI (BRASIL, 2009) permite compreender que as experiências na Educação Infantil devem valorizar a pluralidade das linguagens e a integração entre diferentes campos do conhecimento, respeitando as formas pelas quais as crianças exploram, interpretam e atribuem significados ao mundo. Sob uma perspectiva interdisciplinar e sociomaterialista, essas experiências são construídas nas relações entre crianças, adultos, materiais e espaços, reforçando a importância de práticas pedagógicas que integrem brincadeira, interação e múltiplas linguagens no cotidiano educativo.

Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não constitua o foco principal deste estudo, ela também é um documento norteador do trabalho pedagógico na Educação Infantil. A BNCC define aprendizagens essenciais e organiza essa etapa a partir de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se , cinco campos de experiências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017). O diálogo entre a BNCC e as DCNEI é importante para que o planejamento pedagógico considere tanto as orientações nacionais quanto as características socioculturais das crianças e de seus contextos de vida.

ISSN: 2358-8829

Essa articulação torna-se especialmente relevante diante da diversidade que caracteriza a Educação Infantil, pois, mesmo em um mesmo município, como Santa Rita, na Paraíba, as comunidades urbanas e rurais apresentam particularidades sociais, culturais e territoriais que precisam ser consideradas na elaboração das propostas pedagógicas. Nesse contexto, a interdisciplinaridade pressupõe a articulação entre diferentes conhecimentos, linguagens, saberes e práticas culturais, superando a fragmentação dos conteúdos e favorecendo experiências integradas e significativas. As crianças aprendem ao brincar, explorar, observar, formular hipóteses e estabelecer relações com as pessoas, os objetos e os espaços que as cercam. Por isso, as propostas pedagógicas devem considerar os contextos em que vivem, valorizar suas experiências e respeitar seus modos de expressão e de participação, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos.

Quando articuladas à perspectiva sociomaterialista e à Teoria Ator-Rede, essas referências permitem compreender que a efetivação do currículo também envolve as relações entre crianças, profissionais, materiais e espaços. O desafio das instituições é construir propostas pedagógicas que respeitem as especificidades locais, valorizem as diferentes infâncias e assegurem experiências educativas inclusivas e significativas, comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças.

A Teoria Ator-Rede, desenvolvida por Latour (2012), contribui para compreender essas associações entre atores humanos e não humanos na constituição das práticas sociais. No contexto da Educação Infantil, essa abordagem permite observar como livros, brinquedos, tecidos, caixas e outros materiais participam das experiências, sem lhes atribuir consciência ou vontade própria. O interesse está em compreender como suas características influenciam as possibilidades de ação e como as relações estabelecidas podem transformar o desenvolvimento de uma atividade.

As relações entre humanos e não humanos fazem parte da vida social e se constituem nas práticas cotidianas. Essa dinâmica é compreendida por Silva e Feitoza (2021) como ação social+material, na qual as ações humanas estão continuamente relacionadas aos objetos, materiais e demais elementos que compõem o mundo. Ao longo da história, os seres humanos agem, reagem e interagem com esses elementos, estabelecendo relações que influenciam suas práticas, experiências e formas de compreender e transformar a realidade (SILVA; PRETTO, 2021).

ISSN: 2358-8829

Horn (2004) destaca a importância das experiências concretas com objetos para a construção de significados. Law e Mol (1995), por sua vez, contribuem para compreender que os sentidos são produzidos nas relações entre materialidade e práticas sociais. Silva e Feitoza (2021) também contribuem para essa discussão ao abordarem as relações entre humanos e não humanos na constituição das práticas sociais.

Essas perspectivas permitem reconhecer que as experiências educativas não dependem exclusivamente das intenções das professoras ou das ações individuais das crianças. Elas se constituem nas relações entre os participantes, os materiais disponíveis e as condições oferecidas pelo ambiente. Por isso, a acessibilidade dos objetos, a disposição dos móveis e a organização dos espaços influenciam as oportunidades de brincar, explorar, criar e interagir.

A sociomaterialidade aproxima-se da interdisciplinaridade ao favorecer o diálogo entre diferentes saberes e experiências, superando a fragmentação do conhecimento (FAZENDA, 2011). Na Educação Infantil, essa articulação manifesta-se em propostas pedagógicas que integram os cinco campos de experiências da BNCC (BRASIL, 2017), possibilitando às crianças explorar diferentes linguagens, estabelecer relações sociais, expressar sentimentos, desenvolver a imaginação e investigar o mundo por meio das interações e brincadeiras.

Nessa perspectiva, Galvão, Silva e Couto (2025) contribuem para compreender que as aprendizagens na Educação Infantil são constituídas nas relações entre crianças, adultos, objetos, materiais e espaços, os quais participam das experiências e das práticas pedagógicas. Assim, a abordagem sociomaterialista permite compreender que os conhecimentos não se constroem de forma isolada, mas nas relações entre os diferentes elementos que compõem o cotidiano educativo, favorecendo experiências integradas e significativas.

Nesse processo, a professora desempenha um papel essencial. Sua intencionalidade envolve selecionar materiais, organizar ambientes, acompanhar as interações e reconhecer as possibilidades que surgem durante as brincadeiras. A perspectiva sociomaterial não diminui a importância da docência; ao contrário, amplia a compreensão do trabalho pedagógico ao evidenciar que o planejamento se desenvolve nas relações entre crianças, materiais, espaços e conhecimentos.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As DCNEI constituem uma referência fundamental para essa discussão, pois estabelecem as interações e a brincadeira como eixos estruturantes das práticas pedagógicas e orientam a articulação dos saberes infantis aos conhecimentos produzidos culturalmente (BRASIL, 2009). Embora não apresentem a sociomaterialidade como fundamento teórico nem definam a interdisciplinaridade como princípio específico, as DCNEI permitem aproximações com essas perspectivas, sobretudo pela valorização das interações, da brincadeira, das experiências infantis e da articulação entre os saberes das crianças e os conhecimentos culturais.

No entanto, as experiências pedagógicas realizadas nos dois CIEIS evidenciaram possibilidades de articulação entre sociomaterialidade, interdisciplinaridade e DCNEI, integrando literatura, música, matemática, identidade, diversidade cultural e conhecimento do território.

As atividades com as obras Quantos nomes tem um menino? (FRANCO, 2011), Meninos de todas as cores (SOARES; SERRA, 2025) e Gabriel tem 99 centímetros (HUBER; OLTEN, 2013), associadas a canções e materiais concretos, favoreceram reflexões sobre identidade, diversidade e crescimento infantil. Outras propostas abordaram os direitos das crianças, os cuidados com a saúde, a participação das famílias e a exploração da comunidade, por meio de caminhadas, passeio de trem e elaboração coletiva de um mapa.

Sob a perspectiva sociomaterial, livros, cordões, tecidos, giz de cera e outros objetos participaram da construção das experiências, ampliando as possibilidades de exploração, imaginação e produção de significados. A interdisciplinaridade manifestou-se na articulação entre diferentes conhecimentos e vivências, enquanto a intencionalidade docente orientou a organização dos espaços, a seleção dos materiais e o acompanhamento das interações. Esses resultados reforçam a importância de um planejamento flexível, atento aos interesses e às descobertas das crianças.

Nesse processo, a intencionalidade docente permaneceu fundamental para a organização dos espaços, a seleção dos materiais, a proposição das atividades e o acompanhamento das interações. A perspectiva sociomaterial não elimina o papel das professoras, mas amplia a compreensão sobre os elementos que participam das práticas pedagógicas e sobre as relações que se estabelecem entre eles. Os resultados, portanto,

reforçam a importância de um planejamento flexível, orientado por objetivos pedagógicos e, ao mesmo tempo, atento aos interesses, às iniciativas e às descobertas das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou possibilidades de diálogo entre a sociomaterialidade, a interdisciplinaridade e as DCNEI na compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas nessa etapa da educação básica. A análise destacou a importância das relações entre crianças, professoras, materiais e espaços educativos na constituição das experiências de aprendizagem. Quando integrados a propostas pedagogicamente intencionais e significativas, os materiais ampliam as possibilidades de exploração, criação e interação, favorecendo a articulação entre diferentes linguagens e conhecimentos.

Nesse contexto, as funções sociopolíticas e pedagógicas das creches e pré-escolas assumem relevância na promoção da equidade educacional, na convivência, na construção de identidades coletivas e na ampliação dos saberes e do acesso aos bens culturais. Cabe a essas instituições assegurar condições para que as crianças exerçam seus direitos, expressem seus desejos e ideias e tenham suas manifestações acolhidas e respeitadas, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e livre de discriminações.

Em consonância com as DCNEI, a discussão reafirma a importância das interações, da brincadeira e da participação infantil na construção das aprendizagens. A Educação Infantil, portanto, compreende de forma indissociável o cuidado e a educação e desempenha um papel fundamental no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e na promoção de relações sociais mais justas e respeitosas. Nessa perspectiva, a construção de um currículo significativo requer intencionalidade docente, organização dos ambientes e atenção aos interesses e às iniciativas das crianças, considerando que as experiências educativas se constituem nas relações entre pessoas, materiais, espaços e saberes.

Conclui-se que a aproximação entre sociomaterialidade, interdisciplinaridade e DCNEI oferece possibilidades para compreender e organizar práticas pedagógicas que valorizem a participação das crianças e a integração de diferentes conhecimentos e experiências. Essa perspectiva contribui para ampliar o olhar sobre os processos educativos na Educação Infantil, reconhecendo tanto a intencionalidade das professoras

quanto a participação dos materiais e dos ambientes na constituição das experiências pedagógicas.

Palavras-chave: Sociomaterialidade; Interdisciplinaridade; Educação Infantil; DCNEI; Práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BARAD. Karen. **Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning**. Duke University Press, 2007.

BARBOSA. Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil**- bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília, MEC/SEB/ UFRGS, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm. Acesso em: 19 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infanti**l. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

FRANCO, Olívia de Mello. **Quantos nomes tem um menino?** Ilustrações de Simone Matias. Belo Horizonte: Dimensão, 2011.

GALVÃO, Luciana Nunes; SILVA, Patrícia; COUTO, Edvaldo Souza. Sociomaterialidade e divulgação científica na Educação Infantil: interações e aprendizagens no mundo material. In: PORTO, Cristiane; ANDRADE, Carla; OLIVEIRA, Kaio Eduardo (org.). **Memórias digitais: o impacto das plataformas digitais na educação e divulgação científica**. Aracaju: Editora Universitária Tiradentes, 2025. p. 83–98. DOI: https://doi.org/10.17564/2025.88303.37.5.83-98.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUBER, Annette; OLTEN, Manuela. **Gabriel tem 99 centímetros**. Campinas, SP: Saber e Ler, 2013.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LAW. Jonh. MOL. Annemarie Mol. **'Notes on Materiality and Sociality'**. **The Sociological Review**. 1995. Versão publicada em Heterogeneities.net em 23 janeiro de 2011. Disponível em: http://www.heterogeneities.net/publications/LawMol19

OLIVEIRA, Zilma de Morais Ramos de. O Currículo na Educação Infantil: O que propõe as novas Diretrizes Nacionais? In: **Consulta pública sobre orientações curriculares nacionais da educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB/COEDI, 2010.

OSTETTO. Lucina Esmeralda(org). **Registros na Educação Infantil: pesquisa e prática pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2017.

SILVA. Patrícia Maria**.** A virada sociomaterialista e agência dos não humanos. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 70–91, 2018. DOI: https://doi.org/10.47681/rca.v3i2.19774

SILVA. Patrícia; FEITOZA. Rayan de Brito. Reconceptualizando as práticas pedagógicas numa visão pós-humana: um caso em estudo**. Educação Unisinos**, v. 25, p. 1–20, 2021. DOI: https://doi.org/10.4013/edu.2021.251.07

SILVA. Patrícia Maria; PRETTO. Nelson. Sociomaterialidade e Teoria Ator-Rede na Educação. **Atos de Pesquisa em Educação.** Blumenau, v. 16, e8676, 2021. DOI: https://doi.org/10.7867/1809

SOARES, Luísa Ducla; SERRA, Sandra. **Meninos de todas as cores**. Alfragide: Asa, 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.